

A sociedade brasileira tem a obrigação inadiável de repudiar com veemência o retorno de altas selvagens nos índices de custo de vida, as quais — segundo estimativas de um instituto paulista — já estariam perto dos 12 por cento ao mês. Este era o ambiente antes do plano cruzado, e esta é a realidade agora, apesar da desastrada polêmica que o Ministério do Planejamento deixou tomar conta dos índices oficiais, e que resultou na saída do presidente do IBGE.

Em janeiro de 86, todos se recordam, estávamos no caminho do que parecia ser uma hiperinflação, com o custo de vida beirando os 15 por cento ao mês. O cruzado acendeu as esperanças dos brasileiros de estabilidade com desenvolvimento. Infelizmente, ficou provado que a receita simplória do congelamento não responde a todas as necessidades da economia.

Fala-se agora em Brasília em congelamento *administrado*. Por congelamento administrado entende-se um retorno à fórmula antiga dos controles exercidos pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) com uma roupa diferente, e decisões no âmbito da SEAP. As principais preocupações nos meios oficiais são com os preços cobrados pelo próprio governo para seus produtos e serviços.

Desde já, fala-se em aumento de 30 por cento para as tarifas da Rede Ferroviária Federal, de 28 por cento para as tarifas da Portobrás, de 40 a 70 por cento para as tarifas de água, de 35 por cento para o aço. É simples verificar quanto a inflação depende

hoje do setor público num país como o Brasil, onde as matérias-primas e os serviços essenciais vêm do Governo. E é simples ver, também, que um ano depois do cruzado nenhum dos setores-chave foi capaz de dar um basta à inflação. Não se mexeu na antiquada estrutura portuária, nem no sistema ferroviário, nem na geração de energia, nem no aço, nem nos serviços essenciais de utilidade pública. O Estado, que deveria dar o primeiro exemplo da capacidade de sobrevivência ao congelamento que ele próprio impôs à sociedade, quer reajustar suas tarifas e preços sublinhando sua incapacidade para aumentar a eficiência e a produtividade? Como acreditar em qualquer nova proposta diante de tamanha capacidade de resistência do ambiente estatal?

O grande sabotador do cruzado, pelas necessidades de reajustes de preços e tarifas, foi, portanto, a máquina burocrática. Sem uma reforma profunda que obrigue esse corpo pesado e custoso a rever seus parâmetros de eficiência e produtividade, pouco restará à sociedade civil. Ela seguirá tocando de acordo com o ritmo inflacionário que vem de cima para baixo, traduzido em impostos, taxas, déficits e carestia nos setores essenciais. O Governo deve à sociedade uma demonstração de que pode segurar seus custos. Se isto ocorrer, haverá moral para um novo round de austeridade que obrigue todos os cidadãos a varrerem da mente esse fantasma incômodo que ameaça entrar em 1987 estourando os dois dígitos das estatísticas mais confiáveis.